



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 – Responsável (is) pela elaboração do ETP:

Realizado por (Nome/Razão Social): Johnnias Silva Almeida

Matrícula: 9077 CPF: xxx.328.785-25 (x) Servidor Público Municipal () Empresa terceirizada

Realizado por (Nome/Razão Social): Fabiana Moraes da Cruz Santos

Matrícula: 6643 CPF: xxx.649.625-08 (x) Servidor Público Municipal () Empresa terceirizada

2 – Descrição da necessidade (art. 18, §1º, inciso I)

Este Estudo Técnico Preliminar tem como propósito definir os parâmetros essenciais para dar prosseguimento às ações vinculadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida — essa iniciativa de grande relevância nacional voltada à oferta de moradia adequada às famílias de baixa renda, contribuindo para a redução do déficit habitacional e para a garantia de condições dignas de habitação à população mais vulnerável.

Diante dessa finalidade, o estudo concentra-se na necessidade de conservar e aprimorar os conjuntos habitacionais já entregues, assegurando que a infraestrutura permaneça funcional, segura e em condições satisfatórias de uso. Busca-se, ainda, fortalecer o vínculo dos moradores com o local, promovendo valorização comunitária e incentivo ao cuidado coletivo.

Com base nessas premissas, a Administração Pública pretende executar ações de manutenção, recuperação e requalificação dos empreendimentos habitacionais, bem como melhorias no ambiente imediato ao seu entorno, garantindo sua plena utilização e prolongando sua vida útil.

Assim, a formulação do objeto fundamenta-se na demanda por intervenções que preservem e revitalizem os condomínios habitacionais, elevando as condições de habitabilidade oferecidas aos residentes e beneficiários do Programa.

A presente iniciativa tem como finalidade propor soluções multidisciplinares voltadas ao desenvolvimento, à expansão e à manutenção eficiente da infraestrutura urbana, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de saúde, segurança e qualidade de vida dos moradores dos seguintes conjuntos habitacionais: Condomínio Santa Rita 01, Condomínio Santa Rita 02, Condomínio Alto do Paraíso, Condomínio Alto das Mangueiras, Conjunto Habitacional do Caboré, Conjunto Habitacional Bela Vista, Conjunto Habitacional Praia Bela, Conjunto Habitacional Vila Sauipe e Conjunto Habitacional Vista Bela.

Entre as atribuições centrais desta ação, destaca-se a elaboração de alternativas técnicas capazes de promover a melhoria contínua do bem-estar da população, bem como o aprimoramento gradual dos equipamentos e sistemas de infraestrutura que atendem a esses empreendimentos. O conjunto dessas medidas visa assegurar ambientes mais seguros, funcionais e adequados às necessidades dos beneficiários.

Neste viés, a Constituição Federal, em seus artigos 6º e 23º, IX e § único, estabelece que é competência dos Entes Federativos (União, Estados e Municípios) promoverem programas habitacionais, infraestrutura urbana, saneamento, transporte, lazer entre outros, in verbis:





Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX - Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

2.1 – Por que o município deverá realizar esse gasto?

Criado inicialmente no ano de 2009, sobre gestão do Ministério das Cidades sendo substituído em 2019 pelo programa habitacional Casa Verde e Amarela (CVA) esse programa tem o benefício voltado para ajudar pessoas de baixa renda a realizarem o sonho de adquirir a casa própria. Mais tarde já no ano de 2023 o programa passou por algumas regras e viera a se chamar oficialmente Minha Casa, Minha Vida. Hodiernamente o município matense possui 04 condomínios e 05 conjuntos habitacionais que precisam de reparos como pintura, troca portas e janelas, restauração de passeio e demais serviços. Na atualidade serviços similares já são executados pelo programa Casa Bela criado em 11 de janeiro de 2023 Lei nº 903/2023 que atua na execução de serviços de melhorias habitacionais em casas populares de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

Considerando que os conjuntos habitacionais em questão foram implantados em 2009, por meio de programas habitacionais de âmbito federal, e atualmente apresentam desgaste natural decorrente do tempo de uso, bem como patologias construtivas que demandam intervenções corretivas e preventivas.

Considerando que os conjuntos habitacionais em questão foram implantados há vários anos, por meio de programas habitacionais de âmbito federal, e atualmente apresentam desgaste natural decorrente do tempo de uso, bem como patologias construtivas que demandam intervenções corretivas e preventivas.

Tendo em vista que as edificações do (MCMV) precisam de cuidados para evitar danos e a considerar que o objetivo principal é proporcionar melhorias a população de baixa renda do município de Mata de São João/BA, bem como inserir de maneira mais ampla e efetiva seus beneficiários em atividades comunitárias e sociais do município, atendendo a famílias que foram contempladas com o programa Minha Casa Minha Vida.

Com intuito de realizar manutenções e melhorias nos projetos habitacionais, devido ao desgaste provocado pela exposição a chuva e intempéries estão sendo elaborados projetos que beneficiam a população.

O acesso a moradia é um direito básico de todo e qualquer cidadão, porém com a situação atual considerando o alto valor dos imóveis e o déficit habitacional a maioria da população adquirir uma casa ou apartamento, devido os grandes índices de pobreza e desemprego em nosso país é o principal causador da falta de moradia além das altas taxas do mercado imobiliário, torna-se um sonho da casa própria um luxo para alguns habitantes.





O governo Federal implantou cerca de 400 apartamentos, todos com área privativa de 43,52m², divididos em 2 quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço, com piso cerâmico em todos os ambientes. Esse projeto já implantou na cidade cerca de 1.600 moradias, entretanto por conta de intempéries climáticas e o desgaste de uso, é viável a manutenção desses conjuntos por diversos motivos, sendo um deles a garantia de segurança pois a realização de reparos é fundamental para garantir a segurança dos moradores, visto que alguns problemas nas instalações podem representar riscos à integridade física dos ocupantes.

Outro ponto importante para a realização do objeto é a durabilidade das edificações pois a manutenção e reforma dos conjuntos habitacionais asseguram a durabilidade das construções, aumentando sua vida útil e evitando problemas graves no futuro.

A manutenção desses imóveis compreende também os aspectos arquitetônicos, que também tem sua fachada e área externa que serão recuperadas afim de garantir condições mínimas para que um número maior de pessoas possa viver com dignidade.

Ressalto que a moradia digna constitui direito social, a ser garantido a todos os cidadãos, como bem esclarece o artigo 6º da Constituição Federal de 1988:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Por fim, dado o exposto e, visando o atendimento aos dispositivos normativos supramencionados, proporcionando a população do Município de Mata de São João/BA uma melhor qualidade de vida e de moradia aos beneficiários, restando assim, demonstrado o interesse público a contratação de empresa para melhorias habitacionais.

2.2 – Qual o público alvo será beneficiado?

Todos os moradores dos condomínios Condomínio Santa Rita 01, Condomínio Santa Rita 02, Condomínio Alto do Paraíso, Condomínio Alto das Mangueiras, Conjunto Habitacional do Caboré, Conjunto Habitacional do Bela Vista, Conjunto Habitacional Praia Bela, Conjunto Habitacional Vila Sauipe e Conjunto Habitacional Vista Bela considerando que os prédios em questão precisam de reparos.

2.3 – É uma contratação específica para o setor ou poderá envolver outros órgãos e setores? Quais?

É uma contratação específica da Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza- SEMPS

2.4 – Essa contratação é para suprir uma demanda existente ou é uma oportunidade/inação?

Considerando os pontos citados no item 2.1, tal demanda pode ser considerada existente, visto que já havia sido constatada tal necessidade por parte da administração.

2.5 – É uma contratação urgente ou necessária? (Se urgente será entendida como ação corretiva, não prevista com o prazo prévio de 06 meses da necessidade ou por elemento surpresa. Necessária será entendida com planejamento de 06 meses prévios. Inovadora não irá mensurar prazo médio).





Visto que tal necessidade já havia sido prevista e não se trata de uma ação corretiva ou emergência, tal demanda pode ser classificada como contratação necessária.

2.6 – Em que implicará a falta dessa contratação?

Implicará impactos negativos de ordem social, estrutural, administrativa e financeira, considerando que se trata de empreendimentos oriundos de programas federais já executados há vários anos e que demandam intervenções corretivas e preventivas.

A ausência da contratação para manutenção e requalificação dos conjuntos habitacionais resultará na deterioração progressiva das edificações, comprometendo a segurança, a habitabilidade e a qualidade de vida dos moradores. Além disso, poderá gerar custos maiores ao erário no futuro, em razão de intervenções emergenciais, bem como caracterizar falha na gestão do patrimônio público, com prejuízo à preservação do investimento federal e aos princípios da eficiência e economicidade.

2.7 – Essa contratação é para aplicação imediata? É uma contratação de um produto perecível?

Não.

2.8 – Essa contratação depende de outros fatores externos? Quais?

Não.

2.9 – Não há outra solução para suprir a necessidade?

1. Execução de equipe própria do município para a realização das manutenções e requalificações.
2. Parcerias com outros entes públicos ou programas específicos.

Embora existam alternativas preliminares, eles não suprem de forma plena a necessidade existente visto que a alternativa 1 é limitada pela insuficiência de mão de obra especializada, equipamentos e capacidade operacional, além de comprometer outras demandas regulares da Administração.

A alternativa 2 depende de disponibilidade orçamentária, convênios e prazos incertos não atendendo a necessidade imediata.

Contudo, esta não é a solução mais viável, considerando a distância entre as mesmas, visto que descaracteriza completamente a função e o interesse social do equipamento, conforme descrito no item 2.1

2.10 – Já avaliou a possibilidade de alugar em vez de adquirir ou vice-versa?

Por se tratar de um serviço de construção de equipamentos fixos para atender as necessidades da administração a longo prazo, não se faz viável a locação de tais equipamentos.

3 – Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual (art. 18, §1º, inciso II):





O Município de Mata de São João/BA encontra-se em fase de elaboração do Plano de Contratações Anual – PCA referente ao exercício de 2026, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e à Recomendação nº 002/2022 da Controladoria Geral do Município. Nesse contexto, as futuras contratações foram formalmente encaminhadas por meio da Comunicação Interna nº 28786/2025, para fins de planejamento, compatibilização orçamentária e consolidação do referido Plano de Contratações Anual, em observância às diretrizes de gestão e transparência da Administração Pública

4 – Requisitos da Contratação (art. 18, §1º, inciso III): (CASO NÃO PREENCHA, DEVERÁ JUSTIFICAR.

Atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto deste processo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado;

A contratação da construção dar-se-á por meio de licitação, do tipo menor preço global, de modo que o desconto máximo admitido por Lei seja aplicado em todos os itens da planilha orçamentária. Além disso, a Licitante deverá garantir a exequibilidade dos preços propostos, conforme determinará o projeto básico e edital de contratação;

A empresa a ser contratada deverá possuir expertise em obras afins ao objeto pleiteado comprovando através da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto deste processo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado;

Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto;

Para o fornecimento dos materiais, a contratada deverá observar no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

A empresa deverá enviar juntamente com a proposta de preços, os percentuais que correspondem a material e mão de obra, a fim de agilizar o processo de empenho de valores em caso de contratação da mesma;

É imprescindível a disponibilidade de recurso orçamentário dedicado para concretude da Contratação.

4.1 – Quais órgãos também necessitarão dessa contratação?

Trata-se de uma contratação exclusiva da SEMPS- Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza com participação para a sua elaboração o setor de Engenharia da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

4.2 – Requisitos básicos:





Comprovar através da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto deste processo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado.

4.3- Requisitos Legais: A contratada deve estar em conformidade com todas as legislações municipais, estaduais e federais aplicáveis à execução de obras públicas. Deverão estar quitadas todas as obras fiscais e trabalhistas. Será exigido que a empresa apresente todas as certidões negativas de débitos pertinentes e esteja regularizada junto ao CREA, além de atender integralmente às disposições da Lei 14.133/2021.

4.4- Requisitos de Sustentabilidade: A empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando, dentre outros, os critérios ambientais indicados abaixo: • Adoção e medidas de proteção para redução ou neutralização de riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI 'S necessários, fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades. É importante ressaltar que a contratada deverá elaborar um plano de gerenciamento de resíduos realizados durante a construção o objeto e destina-lo correto para locais licenciados.

4.5- Requisitos Econômicos: Com vistas à racionalidade do gasto público e à busca pela economicidade, a contratação deverá observar a eficiência no ciclo de vida útil dos materiais e sistemas construtivos, priorizando soluções que reduzam custos de manutenção e operação da edificação, o uso de materiais de alta durabilidade, resistentes ao desgaste natural e ao ambiente litorâneo, de modo a minimizar substituições frequentes e gastos recorrentes.

5 – Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (art. 18, §1º, inciso IV) (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO):

- Total estimado de unidades habitacionais: 400 apartamentos
- Área privativa média por apartamento: 43,52 m²
- Área privativa total estimada:

$$400 \times 43,52 \text{ m}^2 = 17.408,00 \text{ m}^2$$

- Os serviços de manutenção e requalificação abrangem os seguintes empreendimentos:
 - Condomínio Santa Rita 01
 - Condomínio Santa Rita 02
 - Condomínio Alto do Paraíso
 - Condomínio Alto da Mangueira
 - Conjunto Habitacional do Caboré
 - Conjunto Habitacional Bela Vista





- Conjunto Habitacional Praia Bela
- Conjunto Habitacional Vila Sauípe
- Conjunto Habitacional Vista Bela

Ressalto que nos autos estará a Memória de Cálculo utilizada para chegar aos quantitativos para a execução do referido objeto.

6 – Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (art. 18, §1º, inciso V) (CASO NÃO PREENCHA, DEVERÁ JUSTIFICAR. LEIA OBSERVAÇÃO IMPORTANTE ABAIXO):

Após levantamento de mercado através de contratos anteriores, de acordo com a atual necessidade foi levantado as seguintes soluções:

Solução 1: Abrir processo para contratação de servidores e abrir processo para compra de material.

Solução 2: Abrir processo para compra de material e disponibilização de mão de obra própria para atendimento da demanda;

Solução 3: Contratação de empresa especializada em engenharia para realizar manutenções e requalificações dos condomínios habitacionais com revitalização do entorno imediato no Município de Mata de São João-BA.

Para a **solução 1** apresentada não se mostra viável pelo aumento da complexidade administrativa e burocrática. Isso pode resultar em uma maior demanda de tempo e recursos da equipe responsável pela gestão desses processos. Além disso, a coordenação entre a contratação de servidores e a compra de material pode ser mais difícil, o que pode impactar a eficiência e o alinhamento dos processos.

Para a **solução 2** em alguns casos, a separação dos processos pode também dificultar a gestão integrada das necessidades da organização, levando a possíveis desafios na sincronização das atividades e na otimização dos recursos disponíveis.

Mostra-se mais categórico mediante as soluções apontadas a solução 3, Contratação de empresa especializada em engenharia para realizar manutenções e requalificações dos condomínios habitacionais com revitalização do entorno, visto que, as soluções 1 e 2 o processo seria menos eficiente, pois se dá a abertura de dois processos licitatórios, a gestão de dois contratos, além de centralizar a responsabilidade e a emissão de notas por mais de uma pessoa jurídica. Outrossim, tais soluções gerariam mais encargos e custos para a administração.

Em vista disso a solução 3 é a mais adequada aos interesses da administração tendo em vista o menor custo além de ser fundamental para garantir um resultado de qualidade, segurança e eficiência.

7 – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18, §1º, inciso VI) (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO):

Para fins de planejamento e adequada instrução processual, registra-se que o valor estimado utilizado Processo Administrativo nº 8.447/2024 foi no valor de **R\$ 7.355.027,79**, o qual resultou em uma estimativa global para a execução dos serviços de manutenção e requalificação dos conjuntos habitacionais.





Na ocasião, o certame licitatório correspondente contou com a participação de diversas empresas, tendo a **MSOTEC CONSTRUÇÃO E MONTAGEM LTDA** apresentado a proposta vencedora no valor de R\$ 5.516.340,92.

Para fins de referencia realizando média aritmética simples entre os valores mencionados resultou em um montante de R\$ 6.435.684,36 Seis Milhões, Quatrocentos e Trinta e Cinco Mil, Seiscentos e Oitenta e Quatro Reais e Trinta e Seis Centavos.

Média= $7.355.027,79 + 5.516.340,92 / 2 = \text{R\$ } 12.871.368,71$

Média= $12.871.368,71 / 2 = 6.435.684,35$

Os valores oficiais, atualizados e detalhados que sustentarão a nova licitação serão devidamente apresentados na Planilha de Referência.

8 – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (art. 18, §1º, inciso VII) (CASO NÃO PREENCHA, DEVERÁ JUSTIFICAR. LEIA OBSERVAÇÃO IMPORTANTE ABAIXO).

A solução escolhida conforme descrita no item 6 foi a solução 3 Contratação de empresa especializada em engenharia para realizar manutenções e requalificações dos condomínios habitacionais com revitalização do entorno imediato no Município de Mata de São João-BA.

A contratação contempla a execução de serviços corretivos, preventivos e de requalificação, incluindo, de forma não exaustiva, reparos em revestimentos, pintura interna e externa, manutenção dos sistemas elétricos e hidrossanitários, recuperação de esquadrias, adequações em áreas comuns e demais intervenções necessárias para restabelecer as condições de segurança, habitabilidade, funcionalidade e conservação das edificações.

A obra será dividida por etapas, que estão devidamente descritas no cronograma detalhado.

9 – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, §1º, inciso VIII) (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO):

O critério de julgamento será por LOTE UNICO, tendo em vista que a sua fragmentação incorrerá contra integridade qualitativa do objeto a ser fornecido, *in verbis*:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

Considerando a economia em escala, visando eficiência de suas obras, serviços e compras efetuadas pela Administração, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.





Considerando que a presente contratação se trata de uma prestação de serviço e observando-se que centralizando a entrega de todos os itens por uma única pessoa jurídica, facilitará a inclusive o processo de entrega de materiais no prazo, emissão de notas fiscais, além de garantir que a qualidade no produto final esteja padronizada em todos aspectos e regras de mercado tendo em vista a satisfação do interesse público.

Considerando que adjudicação por itens implicaria na perda da economia de escala, tendo em vista que o fornecimento unificado dos itens pode resultar na diluição dos custos fixos do fornecedor, pois em uma licitação de obras, de acordo com o acórdão 3140/2006 do TCU, considera-se que a contratação parcelada pode gerar uma excessiva pulverização dos serviços, tornando mais dispendiosa a contratação.

Considerando o parecer nº 2086/00 elaborado pelo professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes no processo nº 194/2000 do TCDF: “ Só pode se falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção, (...) neste sentido um exame atento dos tipos de objeto licitados pela administração pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico pela manutenção da unicidade da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório”.

Portanto, após análise dos quesitos de divisibilidade e viabilidade técnica, neste caso em questão, a licitação por LOTE ÚNICO baseou-se na viabilidade técnica e econômica, sendo o que melhor atende o interesse da administração para este tipo de licitação, tendo em vista ser a opção que trará um menor dispêndio.

10 – Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, §1º, inciso IX).

Com a contratação da de empresa especializada para execução do objeto desse estudo, busca-se atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo benefício em termos de recursos financeiros, econômicos e administrativos que podem-se alcançar, permitindo assim a construção seja realizada com qualidade, no entanto de forma mais rápida, econômica e sustentável.

Quanto a utilização de recursos humanos, a administração possui em seu quadro funcional profissionais qualificados que atuarão na Gestão e Fiscalização do objeto em questão, garantindo que o dia a dia da obra ocorra de acordo com o planejamento, evitando ao máximo retrabalhos, perda de qualidade, dinheiro e atrasos.

11 – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (art. 18, §1º, inciso X).

Por se tratar de uma contratação de empresa especializada nesse tipo de prestação de serviço e por ser uma atividade já desenvolvida anteriormente pelos servidores, torna-se dispensável a capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual, além disso por se tratar de um equipamento que já é de posse e responsabilidade da administração, não se faz necessário adoção de medidas previamente a celebração do contrato.

12 – Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, inciso XI).

Considerando que todo material, equipamentos e mão de obra necessária para a conclusão do projeto em questão serão de responsabilidade da empresa contratada, dessa forma, justifica-se a contratação independente.





13 – Descrições de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (art. 18, §1º, inciso XII).

Possíveis impactos ambientais:

- ❖ Alto consumo de água e energia, poluição do entorno por descarte indevido de resíduos sólidos, trânsito de veículos de forma desnorteada.
- ❖ Emissão de poeira, ruídos e vibrações no local;
- ❖ Consumo de energia e utilização de água em atividades de limpeza, preparo de argamassa e controle de poeira.

Medidas mitigadoras:

- ❖ Manejo adequado dos resíduos sólidos da obra e controle dos gastos de energia e água durante os serviços prestados por parte da contratada, reduzir a dependência de veículos particulares e, conseqüentemente, as emissões de poluentes.
- ❖ Umidificação da área de trabalho, uso de barreiras físicas e execução de serviços em horários controlados e restrição de horários de trabalho e uso de equipamentos com menos nível de ruídos.
- ❖ Uso racional de água, reaproveitamento sempre que possível e controle de desperdícios.

14 – Posicionamentos conclusivos sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, §1º, inciso XIII).

Após os estudos técnicos que acompanham esta declaração, o técnico responsável pela elaboração deste estudo técnico preliminar, identificado no item 01 e adiante assinante de tal declaração, declara ser viável a contratação da solução pretendida, considerando que:

- a) a forma da contratação é a mais indicada;
- b) possui a máxima possibilidade de alcance dos resultados pretendidos;
- c) os riscos foram mitigados;
- d) cumpre os princípios de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Mata de São João/BA, 09 de setembro de 2025.

Elaborado por: (Assinatura digital)

JONHNIA SILVA ALMEIDA

Subcoordenador de Análise /Matrícula 9077

Ciente: (Assinatura digital)

FABIANA MORAIS DA CRUZ SANTOS

Gerente de Planejamento e Projetos /Matrícula 6643





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3B5A-3DB8-F4BF-7681

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JONHNIAS SILVA ALMEIDA (CPF 078.XXX.XXX-25) em 12/01/2026 15:46:45 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



FABIANA MORAIS DA CRUZ SANTOS (CPF 021.XXX.XXX-08) em 14/01/2026 07:54:51 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/3B5A-3DB8-F4BF-7681>